ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS).

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em formato virtual, por meio do link http://meet.google.com/smd-gnda-bdp, foi realizada a 82ª Reunião Ordinária do CMHIS, da qual participaram os conselheiros: André Leivas de Araújo Vianna e Juliana H. Gomes (SMDU/HIS); Alessandra Pellizzaro Bento (FLORAM); Gabriela Zacchi (IPUF); Marco Antônio Sacenti (SMCAM); Sandra M. Raimundo (SEMAS); Marcelo S. Haseda (SMDU); Carlos B. Leite (SINDUSCON); Estevão R. Ribeiro (CREA/SC) e Antônio C. Nunes (CAU/SC); Luciano L. da Silva Filho (ASA); Albertina da Silva de Souza (Região Centro Ilha); Leonardo R. Pessina Bernini (Região Leste da Ilha) e Paulo J. Rodrigues (Região Continental), representando onze (11) entidades, totalizando treze (13) conselheiros. Também participaram: Eduardo Zons Guidi (SMDU/Habitação); Coronel Araújo Gomes, Luiz Eduardo Machado, Samuel Vidal (SMSP); Indianara Bianqueto Fogaça (Associação de Moradores Alto Pantanal/AMAP); Nelson Passos (Conselho Comunitário do Pantanal/CCPAN); Rosângela Campos (Fórum da Bacia do Itacorubi) e a Secretária do Conselho Paulina Korc, somando um total de vinte e um (21) participantes. Justificaram ausência: Alexandre João Vieira (Defesa Civil/SMSP); Luciano Porto (PGM). O Presidente interino do Conselho, **André Vianna,** conduziu a reunião. Inicialmente, cumprimentou a todos e agradeceu a participação de cada um. Na oportunidade, **Albertina** pediu a palavra e solicitou a antecipação do item 4 da pauta, considerando a participação de algumas lideranças do Alto Pantanal. **Albertina** disse ainda que, conforme foi falado na reunião anterior, hoje o Município traria algum posicionamento do que está sendo acordado entre Prefeitura, Ministério Público e Justiça na tentativa de minimizar o problema. **André** acolheu as representações comunitárias participantes da presente reunião e atendeu o pedido de antecipação de pauta: Manifestação do CMHIS sobre os procedimentos da CELESC e do MPSC. André enfatizou que o problema em relação a CELESC e a CASAN, é uma questão que está sendo intensamente discutida dentro da Prefeitura. Informou que foi remetido ofício do CMHIS à 32ª Promotoria de Justiça da Capital, diretamente ao Ministério Público, pedindo a flexibilização da decisão judicial, que proíbe a ligação de residências sem Habite-se. Concomitantemente, estão sendo realizadas operações de corte de energia e água, ligadas clandestinamente. **André** salientou que o fato de realizar os cortes de luz e água, é uma estratégia para que a Cidade caminhasse para o sentido da regularização. Disse que concluiu a elaboração da normativa da REURB do Município a ser discutida com a Procuradoria Geral do Município (PGM). Um dois instrumentos constante na normativa, que ainda não está vigente, é a Certidão de Admissibilidade do processo de regularização fundiária. **André** enfatizou que o morador que entrar com pedido de REURB,

cuja área seja passível de regularização, receberá esta Certidão para apresentar à CASAN e à CELESC. Esclareceu que este instrumento, no momento, não seria apto para efetivar esta ação, tendo em vista a decisão judicial. Neste sentido, a PGM está buscando a suspensão ou que, pelo menos nos casos do REURB, seja possível utilizar este instrumento jurídico, o qual dá segurança à Prefeitura, CELESC, CASAN, Ministério Público e, principalmente, ao morador. Para os casos em que a REURB não se enquadra, a PGM está buscando outras formas de cessar os efeitos da decisão judicial, porém é uma situação bem mais complexa, pois envolve fatores que fogem do alcance da Procuradoria. A normativa municipal ainda não está em vigor mas está se encaminhando para isso, concluiu **André**. Em relação à indagação da **Indianara** sobre o prazo para entrar em vigor este novo instrumento, **André** informou que a minuta está concluída, algumas questões serão debatidas com a PGM e, na sequência, será remetido à Secretaria Municipal da Casa Civil. **André** disse que não está definido se a normativa será em forma de lei ou decreto, mas estima que na metade de junho, se for por decreto, já deverá estar publicado e, se for em forma de lei, já deve ter sido encaminhado à Câmara de Vereadores, os quais também estão preocupados com a situação da população. **Albertina** indagou se a normativa do REURB que está sendo elaborada é em resposta ao Termo de Acordo assinado entre o MPSC, a Promotoria de Justiça e a Prefeitura, em maio de 2019. **André** informou que a Prefeitura está efetivamente empenhada no Acordo com o Ministério Público porque, ao contrário do que está sendo executado nas comunidades, a Prefeitura já cumpriu boa parte daquele Acordo. Disse que o IPUF delimitou a maior parte dos núcleos urbanos, se não todos, pois no Acordo previa que a Prefeitura fizesse a delimitação e o enquadramento entre REURB-E e REURB-S. Sendo assim, **André** estima que cerca de oitenta e cinco por cento do Acordo já foi cumprido pelo Município. O restante do procedimento não tinha uma normativa no município, os processos eram apreciados pela Comissão do REURB, composta por técnicos da Prefeitura, se pautando na Lei Federal. Para tanto, **André** disse que sentiu a necessidade de criar uma normativa, para ter um padrão de processamento. **Albertina** indagou se as comunidades já podem encaminhar à Prefeitura, de forma individual ou por meio da Associação de Moradores o pedido de REURB, exemplificando a Comunidade do Alto Pantanal. **André** afirmou que quem ainda não entrou com pedido de regularização, que acesse no site da Prefeitura e, no campo REURB, terá a relação de todos os documentos necessários para o ingresso do processo. Atualmente, para dar entrada é preciso ir ao Pró-Cidadão, no atendimento presencial mas, tão logo, os munícipes também poderão abrir o processo no formato digital. **André** relatou que, enquanto o Município não tem esse instrumento legal, a Prefeitura está colocando nos despachos de

pedido de admissibilidade, que é garantido ao morador que está buscando a regularização permanecer no seu imóvel conforme estabelece a Lei Federal. E permitido permanecer no imóvel durante o processo, pressupõe que tenha ligação de luz e água. Mas o Município quer deixar isso explícito na lei para não gerar dúvidas e dar segurança jurídica aos envolvidos. Quanto a indagação da **Juliana**, em relação a legislação em fase de elaboração, **André** informou que vai abarcar REURB-E e REURB-S. Na oportunidade **Juliana** enfatizou que, em relação ao Alto Pantanal é preciso discutir se é REURB-E e/ou REURB-S, pois trata-se de área grande, precisa ver o polígono todo para ver em qual se enquadra. Em relação à Comissão do REURB, indagado pela **Alessandra**, **André** informou que houve renovação da lei que instituiu a comissão, alterando algumas atribuições, considerando a Lei Complementar 706/2021 sancionada pelo Prefeito Municipal, dando a competência para processamento e julgamento à Gerência de Regularização Fundiária da Diretoria de Urbanismo/SMDU. A comissão não foi extinta, servirá como instrumento para assessorar a Diretoria de Urbanismo, quando for convocada, para dar pareceres e mediar conflitos buscando a conciliação. **André** disse que encaminhou a minuta da normativa à Superintende da FLORAM, terá reunião com a PGM e encaminhará aos técnicos da Prefeitura que participaram da Comissão, pois são os que estavam na linha de frente e conhecem as dificuldades do REURB. Em relação à indagação do **Nelson Passos, André** esclareceu que, a princípio, esta normativa beneficiará somente o cidadão que entrar com processo de REURB e estiver enquadrado nos requisitos da legislação. **Nelson** disse que tem uma demanda grande de desligamento de luz, sendo este, atualmente, o maior problema. O mesmo informou que a comunidade fez uma Carta dos moradores para entregar à FLORAM e à Polícia para que, pelo menos durante a pandemia, os cortes de energia elétrica fossem paralisados. São famílias com crianças e idosos sendo atingidos com esta ação. **André** salientou que o Município não está envolvido com esta determinação judicial do Ministério Público. A Prefeitura está buscando minimizar esta situação, criando mecanismos com oportunidade para os moradores se regularizar e poder ter acesso à luz e água, legalmente. **Machado**, membro da Comissão do REURB, indagou sobre a legalidade do procedimento, pois a admissibilidade não significa que seja aprovado o REURB da área. Ao que **André** informou que inicialmente será emitida a certidão precária (não é permanente), ou seja, só terá validade durante o processo de REURB, conforme rege a lei federal a qual diz que é garantida a permanência no imóvel durante o processamento de regularização fundiária. **Machado** enfatizou a importância da legalidade desta certidão precária e indagou se houve consulta à PGM para não ter todo esse trabalho de elaboração e não ser constitucional. Ao que **André** salientou que esta foi uma problemática abordada pelo

próprio Procurador Geral. Para tanto, **André** consultou várias empresas, o Promotor de Justiça Paulo Antonio Locatelli, fez reunião com a CELESC e com a CASAN e todos sinalizaram positivamente sobre este instrumento. **Machado** disse que corrobora que não tem como permanecer no imóvel sem energia elétrica e/ou sem água e disse que a admissibilidade precede de uma série de legalidades, ou seja, para o cidadão solicitar o REURB ele precisa cumprir uma série de requisitos. Na oportunidade, **Machado** deixou registrado que concorda que, se for admitido o processo, que deve-se prover para as famílias que entrarem com o processo essa certidão precária. **André** informou que, de acordo com a normativa, a certidão caduca (perde a validade) no caso de indeferimento do processo, arquivamento por inércia ou se forem constatadas novas ligações irregulares na localidade, desta forma, a própria população servirá de fiscal. **Rosângela Mirela Campos**, Coordenadora do Fórum do Itacorubi se manifestou salientando que, além do corte de energia elétrica, algumas pessoas ficaram detidas, sendo liberadas após pagamento de fiança. Inclusive, as comunidades tiveram que fazer coleta de dinheiro para ajudar aqueles que não tinham condições de pagar a fiança. A mesma disse que, como porta voz do Fórum, gostaria de ter acesso às decisões judiciais para compreender e cientificar as comunidades. Como tem essa ação policial, as pessoas estão pedindo ajuda para entender e saber o que fazer para se adequar. **Rosângela** disse que existe no local a previsão de uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e gostaria de saber como está a implementação dessa infraestrutura, de prever o deslocamento de pessoas que estão dentro do PAC do Maciço do Costeira e da APP. Disse ainda que tem várias coisas acontecendo e que poderiam ser legalizadas se fizesse o que a Prefeitura já sinalizou que o caminho é tratar com infraestrutura a população considerada como ZEIS, que já está mapeada. Indagou como está o andamento da melhoria das ZEIS. Em relação à infraestrutura, **André** disse que as ZEIS estão sendo objeto de REURB, foi firmado convênio com o Tribunal de Justiça para fazer o Programa Lar Legal, onde será dada a titularidade dos imóveis às famílias do Município, o que será realizado por etapas. A partir do momento que estiverem regularizadas as áreas, as ruas também serão legalizadas nesse projeto, o que facilita a Prefeitura ter aportes financeiros para servir com os equipamentos públicos necessários, essa é uma meta da Prefeitura. Disse ainda que tem programas habitacionais que tratam exatamente dessas áreas, que são muitas e, portanto, muitas demandas, porém algumas situações precisam ser priorizadas em razão de ações judiciais. Mas a Prefeitura está trabalhando com programas específicos em cada ZEIS. **André** enfatizou que há várias formas de implementar a infraestrutura nessas áreas, exemplificando o PAC do Maciço do Morro da Cruz, que foi um grande projeto com inúmeras metas. Disse ainda que algumas comunidades,

como a região Chico Mendes, Vila União e Vila Cachoeira, já receberam a infraestrutura e agora está sendo realizada a regularização fundiária. **Rosângela** solicitou o encaminhamento de alguns documentos para tomada de conhecimento e motivação das decisões judiciais e as orientações para as comunidades começarem a se organizar e acelerar o processo. **André** disse que disponibilizará os documentos a serem solicitados pelas comunidades. Antes de se ausentar da reunião, **Nelson** deixou registrada sua reclamação que na parte do Alto Pantanal, o morador Francisco Machado recebeu uma sentença do MP no valor de quarenta mil reais, sendo que o morador não tem condições financeiras, lamentou. Finalizada esta pauta, **Rosângela** agradeceu pela oportunidade de participar da reunião obtendo informações importantes às comunidades e ausentou-se da reunião. Também se ausentaram Indianara e Nelson. Dando prosseguimento à reunião e retomando a pauta, **André** deu as boas vindas à Alessandra e Gláucia (FLORAM) e Fernando (PGM) que estão integrando o CMHIS. Na sequência, informou que no dia 18/05, às 14 horas, haverá reunião da Comissão de revisão do PMHIS com a participação da arquiteta Cibele A. Lorenzi para esclarecer sobre a utilização dos instrumentos urbanísticos para destinar recursos ao FMHIS. **André** salientou a importância desta reunião que estará aberta aos conselheiros interessados. Informou que o Secretário da SMDU determinou à Diretoria de Urbanismo para que apresentasse projetos novos, para inovar este quesito no Município ou até potencializar alguns projetos que estavam adormecidos. Posteriormente, **André** colocou em apreciação a ata da 81ª Reunião Ordinária do CMHIS de 08/04/2021, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros participantes da reunião. Complementando a pauta sobre a proposta do REURB, **André** relatou que o Termo de Referência (TR) foi concluído e encaminhado à PGM, aguardando o parecer jurídico. Este TR tem como objeto a contratação de uma empresa para fazer o REURB-S no Município. A princípio este serviço será terceirizado, mas a Prefeitura está buscando a estruturação da Diretoria de Urbanismo, com servidores. Neste sentido, **André** juntamente com o Secretário Nelson esteve conversando com o Presidente da Casa Legislativa que se colocou à disposição da Prefeitura para firmar convênio para contratação de profissionais para a área de Regularização Fundiária. **André** relatou que já foi oficializado às secretarias municipais sobre a necessidade de profissionais e a possibilidade de ceder servidores à Diretoria de Urbanismo. **Albertina** lembrou que em 2019 foi constituída a Comissão de REURB, porém não se teve informações sobre o trabalho realizado e este ano está sendo reestruturada a Comissão. Neste sentido, solicitou que, quando o Termo de Referência e a legislação estiverem concluídos, sejam repassados aos conselheiros para poder trabalhar com as comunidades. Em relação ao Programa Lar Legal, **André** disse que não é tão abrangente

quanto o REURB, porém será trabalhado em várias comunidades que necessitam de titulação, delimitação e abertura de matrícula, legalização de ruas, dentre outras. O Programa Lar Legal será utilizado como um dos passos na REURB-S. Disse que já houve reuniões com Desembargador Celso, Desembargador Blasi, Corregedor do Tribunal de Justiça, Oficiais dos registros de imóveis de Florianópolis e todos se mostraram muito solícitos para a execução destes programas. A empresa já está fazendo levantamento das áreas para fazer a regularização. A Prefeitura está firmando convênio para ter acesso às matrículas e poder catalisar este programa. **André** salientou que a parte inicial, que é a mais morosa, já está ocorrendo e, a partir da segunda etapa, o fluxo será bem mais célere. Finalizada esta pauta, **André** destacou a participação do Secretário Municipal de Segurança Pública, **Coronel Araújo Gomes**, o qual inicialmente enfatizou que o CMHIS é de importância vital à Cidade, de modo particular à segurança pública, tendo em vista as interações entre a forma como o Município organiza e ocupa o território e as dinâmicas de crime, violência e desordem e suscetibilidade aos desastres naturais ou não. **Coronel Araújo** informou que a Secretaria está construindo o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, que está na fase inicial da elaboração, sendo discutido com um grupo técnico mais restrito, envolvendo as forças policiais estaduais e federais que atuam no Município, a Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP) e a representação da sociedade civil através da Diretoria do Conselho Municipal de Segurança Pública. Posteriormente, a proposta será levada à discussão mais ampliada e, na sequência, à Câmara de Vereadores. O **Secretário** salientou que a elaboração do Plano é uma exigência do Sistema Único de Segurança Pública. Na oportunidade, fez um convite ao Conselho que, no momento adequado, a área de habitação do Município participe, levando a voz do CMHIS às discussões de segurança pública. O Plano está partindo do princípio de que, “onde não há segurança, não há felicidade”. Pensando segurança de maneira ampla, como segurança alimentar, jurídica, direitos, dignidade, dentre outros. E pensando felicidade como ativo de uma sociedade, construído a partir de determinados investimentos na qualidade de vida e na realização do ser humano. A SMSP está trabalhando com ênfase em três eixos, sendo: os CONSEGs (Conselhos de Segurança), as redes de proteção e os NUDECs (Núcleos da Defesa Civil), que estabelecem a redução da vulnerabilidade e aumento da resistência das comunidades frente aos desastres. Neste sentido, o **Coronel Araújo** convidou o Diretor de Defesa Civil de Florianópolis, Luiz Eduardo Machado para fazer o chamamento com objetivo de formar os grupos e iniciar os treinamentos para constituir e revitalizar o máximo de NUDECs no Município. Na oportunidade, **Machado** fez uso da palavra, salientando que a criação de novos núcleos e a reativação dos NUDECs

anteriormente formados, vem ao encontro da efetivação do Plano Municipal que está sendo elaborado. Considerando a proximidade dos conselheiros com as comunidades, **Machado** solicitou o apoio dos conselheiros para fazer o chamamento às comunidades e identificar quais tem interesse de receber o Núcleo Comunitário de Defesa Civil. Os interessados receberão formação e uma série de informações, treinamentos, conhecimentos, tornando-se o elo entre a Defesa Civil/SMSP e a comunidade. **Machado** salientou que o Município tem experiências muito gratificantes do NUDEC do Morro da Mariquinha e NUDEC do Morro do Horário, os quais serão revitalizados. **André** agradeceu pela participação do Machado e do Coronel Araújo e colocou a Diretoria de Urbanismo e o Conselho de Habitação à disposição para integração dos trabalhos. Disse que a articulação do CMHIS pode ser realizada por meio da Paulina, secretária executiva, e com a Kelly Cristina da Gerência de Habitação. **Albertina** disse que ficou vislumbrada com a colocação do Secretário Araújo, destacando que esse é o sonho dos conselheiros de habitação, que as políticas sejam interligadas. Solicitou que quando o Plano estiver pronto que seja disponibilizado aos conselheiros para discussão. Em relação à Defesa Civil nas comunidades, **Albertina** disse que foi amplamente discutido durante o PAC do Maciço do Morro da Cruz sendo constituídos, na época, os núcleos no Morro da Mariquinha e no Morro do Horário. Disse que, como representante da Região Centro/Oeste da Ilha no CMHIS se dispõe a contribuir na articulação para a reunião citada pelo Machado. Destacou a importância do NUDEC, pois em tempos de chuva, quando é segundo dia de precipitação mais volumosa, começa a preocupação em relação às comunidades em situação de risco. O NUDEC é importante para as pessoas conhecerem a área onde moram, e saber se tem risco e qual o nível do risco, concluiu **Albertina**. Como último ponto de pauta, o Conselho conversou sobre o fortalecimento das comissões constituídas, Na oportunidade, **Marco Sacenti** se prontificou a fazer parte da Comissão de revisão do PMHIS. Encerrada a pauta, **Antonio Couto Nunes** convidou os conselheiros para uma ação promovida pela FECAM, no dia 20/05, formação inicial dos gestores e diretores da política habitacional dos municípios catarinenses. O link será disponibilizado, pelo Antonio, no grupo de WhatsApp do CMHIS. Em tempo, **Marco Sacenti** solicitou informações em relação às comunidades na região Chico Mendes, principalmente quando a comunidade solicita algum serviço, exemplificando a manutenção do Complexo Chico Mendes (pejorativamente chamado como Carandiru). Na oportunidade, solicitou orientação para saber a qual a pasta da Prefeitura cabe a responsabilidade, pois não tem clareza a quem deve se dirigir. **Eduardo Guidi**, disse que há problemas habitacionais e de infraestrutura urbana, salientando que tem áreas fechadas que não tem como acessar, além dos problemas de calçamento, esgoto, etc. **Marco**

enfatizou que a questão principal é o Complexo Chico Mendes que está fechado, abandonado. As pessoas não conseguem utilizar considerando o grau de precariedade, tornando-se ponto de refúgio para ações ilícitas. **Marco** questionou sobre a atuação da Prefeitura que entrega os projetos habitacionais e se ausenta da comunidade. **André** inseriu a demanda na região Chico Mendes, na pauta da próxima reunião e disse que levará também para dentro da SMDU. **Albertina** disse que a questão do Complexo Chico Mendes é antiga e inúmeras vezes trazida ao Conselho, pois a Prefeitura saiu e abandonou a comunidade, em todos os sentidos. Enfatizou que já teve orçamento na LDO e na LOA da gestão anterior, porém nada foi realizado. **Albertina** salientou que na I Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social a comunidade abordou a necessidade de avaliar sobre a utilização daquele equipamento comunitário. A conselheira falou que, concluída a construção do Complexo Chico Mendes, a Prefeitura atuou na comunidade, ocupando várias salas com projetos beneficiando os moradores, porém posteriormente, se retirou não dando nenhum suporte. Disse ainda que a rede de esgoto está completamente entupida, sendo lançado no próprio pátio, tornando o local insalubre e inabitável. Na época, também foram construídos vários galpões para geração de renda e projetos sociais, porém, os mesmos também estão abandonados, lamentou. Enfatizou que até os equipamentos sociais e conselhos comunitários foram desmontados e estão ocupados pelo terceiro setor. **Albertina** disse que a Prefeitura precisa decidir o que fazer com o empreendimento. Na sua avaliação, a Secretaria do Continente, juntamente com o CRAS/SEMAS, a Secretaria de Educação, Habitação, precisam fazer uma discussão do que fazer naquela região. Para a próxima reunião, além da retomada da pauta da presente reunião, será inserido: Melhoria habitacional e problemáticas urbanísticas na região Chico Mendes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente interino do CMHIS, **André Vianna** agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião e eu, **Paulina Korc**, redigi a presente ata.